



Olhares invisíveis: vigilância e solidariedade feminina em rede

JULIA M. SAMPAIO¹; TERESA SOTER²

Resumo

O fenômeno da distribuição da vigilância contemporânea possibilita novas formas de controle. O processo de controle à distância é realizado a partir da relação usuário – não humano – usuário, com participação da calcularização algorítmica para o mapeamento das nossas emoções. Os mesmos dispositivos que possibilitam essas formas de vigilância a nível de interação, em relacionamentos afetivos-sexuais, são usados para a mobilização de mulheres. Este trabalho investiga como mulheres se organizam em rede com suas vivências. Além disso, busca-se compreender como as plataformas, sobretudo o Facebook, criam canais de ação que podem interferir na conduta feminina a partir das interações de seus perfis nas redes sociais. Metodologia: Etnografia digital de grupos de Facebook, análise das respostas de entrevistas feitas com 31 mulheres de 18 até 27 anos vítimas de relacionamentos abusivos. Conclusões: O ambiente digital surge como possibilidade coletiva de estar em rede. Para além das pautas usuais do feminismo, a defesa dos dados e a segurança digital passam a ser eixos de atuação essencial para que as mulheres não sofram formas de violência desenvolvidas ao longo da socialização na internet. A vigilância online é um dos eixos possíveis dos relacionamentos abusivos. A prática pode contar com observação das interações nas redes sociais ou com acesso a informações privadas de usuárias, a partir do acesso a seus perfis. A restrição do uso de redes sociais também é um aspecto dessa forma de violência. A mediação algorítmica pode facilitar essa vigilância, oferecendo informações em feed, dentre outros dispositivos. É identificado que algumas mulheres vítimas de relacionamentos abusivos tomam consciência dessa situação a partir da publicização online de debates feministas, frequentemente mediada por *influencers* e fóruns nas redes sociais. Dessa forma, pode-se afirmar que as redes cumprem um duplo papel, configurando uma disputa do ambiente digital.

Palavras-chave: Emoções; Feminismo; Relacionamentos; Vigilância; Facebook

“Eu nunca precisei contar nenhuma novidade do meu dia, porque ele lia as conversas com as minhas amigas e já sabia de tudo.” (Relato anônimo de entrevistada)

Assim como o indivíduo não nasce socialmente inserido, mas sob a predisposição para a sociabilidade, ele absorve a individualidade-usuário. Ao longo da adesão e uso dos usuários, o ambiente digital emerge como um local de socialização secundária. Esta conduz o processo de introdução do sujeito já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BEGER & LUCKMANN, 2007) em que novos campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina se interiorizam e passam a compor a individualidade. A subjetividade neoliberal (DAROT & LAVAL, 2017) produz o modelo de vida no qual as relações são marcadas pelo aspecto subjetivo afetado pelas situações sociais, econômicas e políticas que arquitetam a condição da disputa sob uma racionalidade que conduz condutas. Tal como a produção das relações sociais é movida por

¹ Julia M. Sampaio é estudante de graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ); E-mail: juliams2101@gmail.com

² Teresa Soter é mestranda do MSc Sociology na Universidade de Oxford; E-mail: soterteresa@gmail.com

efeitos psicossociais, essa condição não se difere na internet, em que o usuário pode garantir a manutenção ou transformação de um padrão relacional.

Para a lógica do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2015), em que o usuário é o consumidor e o produto, o prazer é moldado em benefício do consumo. Essa relação causa desdobramentos para a concepção das relações pessoais no ambiente digital. O gênero como elemento não estático passa a ser uma categoria incorporada à lógica de mapeamento do consumo por meio da identificação e categorização (CHENEY-LIPPOLD, 2011), moldando a essência da lógica dos relacionamentos. A interação entre humanos e não humanos (LATOUR, 2012) é organizada para que o usuário dependa dos dispositivos sociotécnicos das redes sociais para vivenciar seus relacionamentos mesmo quando à distância. Muitas vezes, a demanda sob o consumo dessas relações é regida por subjetividades abusivas, em que o relacionamento se torna em uma disputa de individualidades. Ao assumir que a dicotomia online offline não existe (VENTURINI et al., 2018), percebe-se que as violências no contexto de relacionamentos afetivo-sexuais ocorrem de forma combinada nos dois ambientes. Esse fenômeno demonstra que a vigilância contemporânea não está restrita às instituições, mas socialmente distribuída, possibilitando novas formas de controle entre usuários no ambiente digital. Esse processo é facilitado pelas funcionalidades dos dispositivos sociotécnicos, que apresentam informações direcionadas aos usuários.

Olhares (in)visíveis

Ao compreender o neoliberalismo como um produtor de relações sociais, observa-se a noção da relação-disputa, em que as relações pessoais, regidas pela lógica da competição generalizada (DAROT & LAVAL, 2017) são marcadas por formas de rivalidade. Os relacionamentos abusivos são um exemplo desse fenômeno: nesse caso, o relacionamento se divide entre condutor e conduzido. Essa condição não é fixa entre os indivíduos, podendo variar, configurando situações de contra ataque ou contradições no fluxo de disputas da relação. Muitas vezes, no entanto, essa dinâmica é garantida pela manutenção de estruturas patriarcais. O âmbito pessoal das relações de vigilância também se apresenta pela via tecnológica em que a interpretação do condutor em relação às interações *online* do conduzido podem se voltar para manipulação na relação. A web de plataformas construída por dispositivos de interação e conexão pode ser tomada pela interpretação de um usuário que quer humilhar, dominar, manipular e, por fim, conduzir a conduta (FOUCAULT, 1977) de outro usuário.

Para que essa relação ocorra, a atenção do vigilante se volta para a vítima. Trata-se da dinâmica vigilância-espetáculo (BENTES, 2018) em que ocorre interação direta, ou de vigilância e, muitas vezes não consentida, ocorre. Há camadas desse contato mediadas por elementos não humanos. O *stalker* pode ser aquele que segue os rastros do que é exposto pelo vigiado, ou que busca, através da

relação de confiança, se inserir no ambiente digital da vítima através da invasão de privacidade para mapear, de forma agressiva, as vivências e impressões da usuária. Ao desconsiderar a barreira entre online e offline, o vigilante se apropria dessa concepção para julgar aquela com quem se relaciona. O efeito desse mapeamento se desdobra em diversas formas, com dois eixos principais sinalizados na entrevista: enquanto ocorre o medo de se expressar e se manifestar nas redes sociais; o usuário também passa a agir do modo moldado pelo vigilante. Nas relações pessoais, esse modelo de abuso tem como fim a condução da conduta no ambiente digital, com desdobramentos para além desse ambiente.

Essa dinâmica fica evidente em relatos de grupos no Facebook. Diariamente, em diversos modelos de fóruns sociais, são postadas narrativas sobre abusos que envolvem redes sociais. Desde a interpretação de rastros que causam inseguranças, a situações passadas de controle que precisam ser compartilhados para serem assimilados pelas vítimas. Os relatos são essenciais para demarcar que a internet é, também, um espaço para produção de violências de gênero. Com intuito de formalizar essa questão, a CodingRights³ e InternetLAB⁴ desenvolveram relatório intitulado "Violências de gênero na Internet: Diagnóstico, soluções e desafios". Dentre as diversas definições, a do *stalking* se enquadra na dinâmica das relações pessoais abusivas citadas, "*Interações não solicitadas e/ou obsessivas nas redes sociais e outros meios digitais/perfis falsos criados para assediar alguém*" (CODINGRIGHTS; INTERNETLAB, 2017: 20) resume bem essa forma de abuso.

A vigilância na esfera pessoal mediada por novas tecnologias permanece pouco explorada como tema de análise. No que tange às violências ligadas ao gênero, há múltiplas evidências de que a maioria dos abusos contra mulheres são cometidos por pessoas próximas. Por exemplo, um recente estudo⁵ do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Datafolha, divulgado no dia 26 de fevereiro de 2019, aponta que 76% das mulheres no Brasil foram agredidas por conhecidos. Ainda não foram produzidos estudos que tratem dessa relação com abusos no ambiente digital, mas é uma hipótese potente afirmar que esse padrão se confirma mesmo entre usuárias que não são figuras públicas (principais alvos de crime de ódio e perseguidores). Ou seja, é latente que a prática *stalking* não limita-se a sujeitos que invadem a privacidade de desconhecidas, mas ocorre também em relações pessoais com caráter abusivo.

³ <https://www.codingrights.org/>

⁴ <http://www.internetlab.org.br/pt/>

⁵ <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2-edicao/>

A vigilância no ambiente digital pode ser considerada uma forma de abuso quando é mediadora de relações de gênero. As posições de gênero podem, inclusive, ser mobilizadas como mecanismo para persuasão. Essa forma de vigilância se dá em diferentes camadas. Dispositivos como texto do perfil em rede social localização, imagem e data acompanhadas das marcações de companhias; confirmações em eventos e demais informações, fornecem as informações que o stalker procura. Estas são o conjunto de respostas às questões: com quem está a pessoa vigiada, o que está fazendo, onde, como, quando; permitindo que o stalker interprete as motivações. O stalker valoriza como notícia cada interação de sua vítima. A mobilidade do poder pode se manifestar para além dos aparatos de observação, isto porque o fluxo de conversa nas redes sociais também é visto como tática, de modo que o discurso e conversas em plataformas de mensagens privadas podem se adequar a uma tentativa de controle social à grande distância. A mobilidade dos dispositivos de comunicação possibilita extensão das relações sociais e maior durabilidade e mobilidade do controle. Ademais, aplicativos com dispositivos de conversa que expõem o horário do envio, recebimento e leitura de mensagens tornam mais sofisticados e precisos os aparatos de controle à distância. Esse desdobramento fica claro na experiência de algumas entrevistadas, como AE:

As mensagens iam todas por rede social: não vá pra tal lugar, não faça tal coisa, se você for eu vou atrás de você. Eram todas por messenger e no final whatsapp e todas elas me abalavam muito. Era justamente esse processo de receber as mensagens que me fazia com que eu tivesse mais medo de encontrar com ele pessoalmente, porque parecia que mascarava. Eu tinha um relacionamento com essa pessoa e não conhecia essa pessoa. (A.E)

A interação constante, por meio da comunicação de mensagens instantâneas, demonstra a disponibilidade do outro para a relação, como forma de comprovação do bom desenvolvimento do relacionamento. Em muitos casos, o vínculo virtual é utilizado para testar a gestão do tempo da usuária, para além do vínculo presencial. Essa possibilidade pode se transformar em uma prática abusiva quando ela leva à eliminação de outras formas de socialização de um, ou ambos, membros do casal. O isolamento da vítima de relacionamento abusivo é uma tática facilitada pelo controle à distância, facilitando a manipulação. Durante a entrevista⁶ analisada realizada com 31 usuárias de redes sociais que viveram relacionamentos abusivos, 81% afirmam que sentiram medo da abordagem à distância de seus ex companheiros e 94% afirmaram que já deixaram de aproveitar situações por estarem em comunicação à distância com eles (os outros 6% afirmaram que, apesar de terem respondido que não, o fato delas não deixarem de aproveitar essas situações se tornava um problema para o relacionamento).

⁶ Entrevista realizada pela autora do texto durante os meses de setembro e outubro de 2018 para o seu projeto de pesquisa.

Em relação à construção da identidade e interações nas redes sociais, 83,9% das mulheres entrevistadas já se sentiram invadidas em alguma situação pelo seu companheiro envolvendo o seu perfil do Facebook; 80,6% já sentiram algum constrangimento ao querer expressar ou postar algo em seus perfis por causa do seu relacionamento; 77,4% sentiu inseguranças e/ou ciúmes com as ações do seus exs companheiros nas redes sociais. Na análise dos relatos, três tipos de violências podem ser identificados como eixos principais do uso das redes sociais como tática de abuso: chantagem emocional à distância, regulação direta das interações nas redes sociais e controle da formação da identidade das usuárias entrevistadas. Esse terceiro eixo se relaciona o atrelamento da identidade da vítima com as expectativas do abusador e muitas vezes tem como fim minar suas demais relações.

Nesse relacionamento eu nunca tive o meu espaço. Ele tinha todas as minhas senhas das minhas redes sociais, lia todas as minhas conversas, se algum homem vinha falar comigo antes que eu visse, ele apagava. E quando eu já tinha visto e tinha respondido algum amigo meu, ele questionava as minhas intenções com o menino. Ele sempre fazia a minha cabeça e eu achava certo ele ter as minhas senhas, afinal, ele dizia "se você não tem nada pra esconder, me passa as senhas". (B.A)

As ameaças que causam culpabilização são elementos recorrentes dentre os relatos de vivências das entrevistadas. A ideia de que a troca de senhas é prova de que não existe nada "de errado" na relação pode tornar-se aval para abusos mais profundos, para além da confirmação de confiança. O debate sobre segurança e privacidade nas redes sociais justifica-se ainda mais quando é observado que o acesso às redes sociais e aplicativos de interações pode ser feito à distância, sem consentimento. Cerca de um terço das entrevistadas disponibilizara senhas para seus ex companheiros e todas confirmaram situações de abuso decorrentes disso, principalmente após término, em uma extensão do controle da relação nessa nova etapa. Na análise dos relatos é possível identificar, inclusive, ameaças de suicídio e exposição ilegal de dados não consentidos - fotos, informações, conversas. Apesar de menos frequentes, as vítimas ressaltaram que essas foram táticas tiveram resultado efetivo na manipulação durante o relacionamento, para que o término não configurasse um rompimento das dinâmicas de poder anteriores.

Conversas, chantagens e ameaças nas redes sociais criam rastros digitais. O uso de registros de interação entre a vítima e agressor no processo de desvinculação da relação em diversos casos pode atuar como um aparato de apoio para a superação do abuso. Relatar o conteúdo do abuso para terceiros pode ser uma estratégia de sair da dinâmica de controle que ele impõe. Ao contrário de outros espaços em que os abusos deixam rastros emocionais na vítima, ainda que por vezes possa ocorrer relativização da violência, a tecnologia pode possibilitar sinais de que o que ocorre na relação pessoal pode estar excedendo limites através do registro dos textos.

Tecendo redes: solidariedades femininas em disputa

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitam ações de mulheres. Desde propagação de pautas, movimentações para a disputa de saberes que podem desconstruir a narrativa hegemônica à criação de cibercomunidades autônomas, em que mulheres podem passar a reconstruir a identidade fora da influência da mentalidade patriarcal (VERDU, 2006). O ciberfeminismo, segundo a autora, surge como a possibilidade coletiva de estar em rede. A movimentação disputa e protege a identidade do usuário com o programa dos centros de controle masculinos. Para além das pautas usuais do movimento, a defesa dos dados e a segurança digital passam a ser um eixos de atuação essencial do feminismo para que as mulheres não sofram novas formas de violência desenvolvidas ao longo da socialização na internet. A oportunidade de comunicação e aprendizagem entre mulheres passa a globalizar o debate que pensa a defesa, atuação e concepção do feminino.

Mas será que a internet é um espaço para essa movimentação? O ambiente digital, a partir da web de plataformas, impulsionou a imagem do espaço infinito, onde tudo e todos podem ocupar um lugar nesse ambiente supostamente livre e democrático. Porém, as disputas da internet seguem uma lógica de controle que desconstrói a concepção utópica de que a internet é descentralizada. Na realidade, ela é distribuída e regida, majoritariamente, por centros de controle (MATHEW, 2016). Essa noção é essencial para compreender a disputa do ambiente digital: enquanto os centros de poder codificam os usuários mapeando e interagindo com a identidade desses através do desejo, a relação entre poder, saber e prazer (FOUCAULT, 1984) é mediada pelos não humanos. Os algoritmos, que atuam a partir de quatro formas principais: popularidade com as medições do público; autoridade com a classificação; medidas de reputação e medidas preditivas que personalizam as informações para o usuário ao atuar pela predição do comportamento (CARDON, 2016), tornam-se mediadores de uma relação que modula os usuários.

Para os movimentos de contestação social que historicamente se manifestavam nas ruas, as redes passaram a ser uma alternativa para ampliar suas táticas de disputa contra grupos, valores, práticas e instituições de poder hegemônicos. Nesse contexto, o movimento feminista passa a se publicizar e opor aos acontecimentos de repercussão internacional. A acessibilidade aos acontecimentos globais possibilita a revolta instantânea via internet. Com o acúmulo de anos, uma pauta emergiu no movimento feminista para várias mulheres ao redor do mundo: a representatividade.

A partir disso, aumenta a demanda por pessoas e pautas que dialoguem ideais femininas e suas vertentes. Surgem conteúdos via *blogs*, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e as demais plataformas que colaboram para a horizontalização dos debates de gênero. Algumas descobertas passam a ser feitas a

partir da troca de vivências, propiciadas pela organização de mulheres em coletivos. A solidariedade feminina em rede passa a colaborar para o aumento da movimentação econômica feminina (grupos de facebook que trocam indicações de mulheres para prestação de serviços, comércio de roupas via bazares online), até a troca de saberes cotidianos na área da saúde entre mulheres e suas experiências médicas, por meio do movimento pelo parto humanizado, contra a violência obstétrica e indicações de cuidados ginecológicos. Essas relações introduzem a disputa de condução para as condutas femininas entre mulheres que passaram a ter visibilidade no ambiente digital.

A disputa desse espaço, portanto, só consegue ser feita por perfis influentes através da popularidade. Para isso, deve existir uma predisposição para o consumo do que é produzido por mulheres, para mulheres. Porém, a solidariedade feminina em rede e a busca pela representatividade não são fenômenos necessariamente feministas. A disputa de poder no ambiente digital é feita para além das organizações sociais progressistas e, em muitos espaços, as usuárias encontram representatividade ao serem influenciadas por valores que não se atrelam à esquerda. Ocorre um entrelaçamento da sociedade de consumo com perfis femininos que moldam e justificavam moralmente o consumo das mulheres: sejam de ativistas, mães e ou no contexto da modernização das culturas religiosas, os perfis de mulheres passam a influenciar a conduta e valores das usuárias.

O mercado gospel brasileiro, por exemplo, passa a legitimar o consumo e a absorver a concepção de que este seria pecado ao comprar produtos que incorporam o discurso religioso, como aponta Hortência Cruz de Albuquerque (2018). Nesse caso, são produzidas plataformas com dicas de moda e comportamento para o universo feminino que possam remodelar os valores morais e doutrinários de usuárias que seguem esse conteúdo. O *Youtube*, como a plataforma de consumo de discursos, passa a vender não só bens concretos (com a divulgação de marcas e demais objetos de consumo), mas compartilhar bens simbólicos. Com a ascensão da dinâmica das influencers, a formação da imagem feminina pode se desenvolver e possuir diversas características. Essa tática pode tanto reforçar valores sociais primários das usuárias no ambiente digital, quanto iniciar mulheres em outros eixos de pensamento.

A *youtuber* JoutJout foi responsável pela tomada de consciência de muitas mulheres sobre situações de abuso psicológico em seus relacionamentos afetivos, a partir do vídeo “Não tira o batom vermelho”⁷. Nesse vídeo, a influencer interage com seus espectadores simulando situações que a

⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=l-3ocjJTPHg>

mesma considerava como assédio psicológico. Para gerar identificação em seu público, a *youtuber* buscou em fóruns do Facebook relatos para embasar o vídeo. Em resposta às questões “Já viveu um relacionamento abusivo? Quando se deu conta disso? As redes sociais te ajudaram nesse processo?” do roteiro de entrevistas, cerca de um terço das entrevistadas mencionaram que o contato com o vídeo de JoutJout sobre a temática foi importante para se perceberem em uma relação abusiva. Essa movimentação do diálogo, através do reconhecimento de vivências, passa a ter força com a legitimação de uma *youtuber* que tem um espaço de influência e disputa relevante na plataforma digital. A propagação do conteúdo em rede tem potencial transformador para a concepção de relação saudável de várias mulheres.

O Instagram se caracteriza por registros enquadrados pela percepção do usuário. A dinâmica dessa rede social se desenvolve a partir do compartilhamento instantâneo da rotina individual que atinge uma audiência. Nele, emerge a interação na qual os perfis expõem seu cotidiano e atuam nessa plataforma a partir da dinâmica do espetáculo das subjetividades com a vigilância como atividade social (BENTES, 2018). Desde mães que visibilizam suas dinâmicas de maternidade; blogueiras de moda que, muitas vezes pertencem a recortes sociais e ascendem socialmente tornando-se influencers; até as adeptas de uma rotina de alimentação alternativa e exercícios. Esses exemplos de abordagens não precisam ser vinculados ao ativismo político de vanguarda, mas não deixam de colocar, em alguns posicionamentos, apontamentos que oxigenam assuntos. O tabu da maternidade real, visibilidade entre mulheres negras e o estilo de saúde física e mental alternativo são assuntos que passaram a ser tratados e produzidos sob demanda de usuárias que se renovam em cima deles através do laço social reforçado algorítmicamente, que não depende de uma interação bilateral.

No Facebook, no qual foi realizada a etnografia digital aqui apresentada os grupos com temáticas restritas são fóruns sociais muito importantes para a troca de ideias e informações entre usuários. Ao contrário das plataformas descritas acima, as redes que se formam a partir de demandas e preferências utilizam os dispositivos do Facebook para criar espaços com um potencial relevante: o acesso ao conteúdo e debates passam a atingir mais pessoas. Em contraponto à ideia de que essa organização se organiza em bolhas, o exemplo dos grupos com recortes de gênero desconstrói esse estigma. Hoje em dia, muitos dos debates mundializados que geraram mobilizações internacionais feministas foram feitos pelas redes sociais e começam a partir do mapeamento de pautas de grupos do facebook.

Para além dos grupos de mobilizações de gênero, é visível a inserção dessa pauta em fóruns sociais que, inclusive, intencionalmente organizam-se para não debater política nas redes sociais. O LDRV (que deriva do nome Lana Del Rey Vevo) é um dos maiores grupos do Facebook desse tipo,

identificado como um “grupo de humor com enfoque no público LGBT, que tem como objetivo principal tornar-se uma válvula de escape dos tormentos cotidianos com postagens descontraídas e discussões saudáveis”. Apesar do recorte na intenção do público, seu conteúdo atingiu usuários brasileiros de diferentes perfis sociais. Atualmente⁸, o número de membros ultrapassou o número de 430.000, o grupo também possui uma versão arquivada que foi congelada com o total de 902.626 membros. O que chama atenção nesse grupo são os aspectos da relação espetáculo-vigilância em um grupo de usuárias e usuários a respeito das narrativas e compartilhamento de trajetórias dos usuários.

Ao realizar buscas em ambos os grupos com as palavras-chave “relacionamento abusivo”, “relacionamento”, “stalker” e “ciúmes”, é perceptível que o fluxo de postagens sobre a temática é alto. Os resultados da busca sobre o termo “relacionamento abusivo” no grupo já arquivado conta com uma variação de reações e engajamentos igualmente alta (em média mais de 500 comentários por post sobre o tema). Foram avaliadas 95 postagens desde o início do grupo, em dezembro de 2016) até seu arquivamento, em novembro de 2018. Nessas interações, muitas das imagens utilizadas para introduzir a discussão eram *printscreens* (muitas vezes dos próprios usuários) de conversas em aplicativos de mensagem. Ao ler as postagens, é identificado que o objetivo costuma ser uma análise da situação vivenciada pela vítima, que ocorre por meio de comentários de opinião e aconselhamento. O uso de vídeos e músicas que falam sobre o tema também dialoga com o conteúdo tratado nas discussões. Quando essa estratégia é utilizada para iniciar a discussão, o direcionamento da abordagem se difere do modelo dos posts em que prints são usados: nestes *posts*, ocorre com maior frequência o compartilhamento de relatos, sem a análise já mencionada. Torna-se perceptível que, com a ascensão das pautas de gênero e os ambientes de discussão coletiva sobre diversas temáticas, passa a ocorrer nas discussões de grupo uma reflexão coletiva a cerca de conteúdos em que vítimas da vivência abusiva se identificam (trechos de séries/filmes, música, vídeos, vivências de figuras públicas).

O ambiente digital viabilizou a construção de redes que possibilitam a mobilização de mulheres. Tanto no âmbito da formação política quanto no âmbito da construção de concepções da usuária, as plataformas sociais tornam-se canais de ação capazes de conduzir condutas femininas. Esse movimento emerge quando figuras femininas ocupam espaços de produção. As *influencers* e os fóruns sociais se tornam elementos fundamentais para afirmar esse movimento: a internet passa a ser um espaço em que mulheres podem trocar opiniões, relatos e informarem umas às outras com o

⁸ Acesso dia 14/06/2019

compartilhamento de conteúdos. O fato de, em diversas situações, os fóruns sociais não envolverem conhecidos e por vezes possibilitarem postagens de relatos anônimos (através de perfis de moderadores), propicia sensação de proteção na qual o relato ou discussão exposta não será submetido ao julgamento do meio social presencial do usuário. A auto-culpabilização é posta em pauta para ser minada, ao invés de reforçada pela lógica do entorno que costuma naturalizar situações de abuso.

Quando essas as discussões de fóruns sociais e conteúdos divulgados por *influencers* se reúnem, o efeito passa a ser mais contundente: a ascensão dessas táticas para a disputa da conduta de gênero abrange a percepção de que a união delas pode interferir em situações da realidade patriarcal. Com essa noção, a criação de *hashtags* é um exemplo de engajamento que reúne a mobilização pública, via propagação de relatos e posicionamentos de figuras públicas, somados com a mobilização em rede frequentemente impulsionada por engajamentos nos grupos privados.

Essas # me fizeram refletir muito. Elas carregam um peso muito grande porque eu vejo que não estou sozinha nessa luta. Eu penso que as mulheres são muito corajosas ao se exporem porque é difícil pra caramba, é uma ferida que a gente não quer mexer, tá muito aberta ainda. Eu acho importante esse tipo de mobilização pra conscientizar as pessoas e juntar mais ainda as mulheres. (B.A)

Quando você vê alguém que passou por situações similares a sua você vê que não tá sozinha e se sente a vontade pra expor coisas que antes não sentia. A sociedade faz a gente ter vergonha de passar por abusos, como se fosse nossa culpa, aí nesses momentos a gente vê que não tá sozinha. É importante que as pessoas saibam que a violência está mais perto delas do que elas imaginam. (N.M)

A criação de campanhas que visibilizam pautas de gênero conseguem reverter a relação da exposição como algo negativo para uma tática de contra ataque. Nos relatos acima, é possível identificar que situações tradicionalmente usadas para constranger mulheres são utilizadas para compartilhar vivências que muitas têm em comum. A manifestação de relatos, em um contexto coletivo organizado para que as vítimas não passem pela manutenção do sentimento de diminuição social, transforma-se em uma método de acolhimento e conscientização de que existem estratégias de opressões masculinas que devem ser evitadas e combatidas.

Conclusão

O ambiente digital segue como uma expansão da dinâmica centralizadora e patriarcal que se expande com os dispositivos de poder do capitalismo de vigilância. Porém, existem avanços humanitários essenciais para a sociedade que foram mediados pela relação do usuário com a internet. Esse progresso se relaciona com processo de socialização da mulher no meio digital. Com o uso das TICs como uma tecnologia ampla que possibilita a integração multicultural em rede de seus usuários, algumas mulheres puderam se tornar referências e se tornaram influenciadoras com um

papel relevante em diversas questões sociais. Desde as *influencers* que propõem dinâmicas de consumo simbólicos para o cotidiano, até aquelas que passam a se inserir nas instituições, por meio da política, o ambiente digital torna-se necessário para que esses perfis possam compartilhar seus conteúdos para o acompanhamento e identificação com esses. A questão da representatividade, levantada com a ascensão do debate político entre mulheres, e a atuação do algoritmo que conduz o usuário na interação com conteúdos que se encaixem com os perfis mapeados, se refletem na questão identitária como uma temática fluida, mas relevante porque segue em disputa.

Enquanto mulheres expõem quem são, o que vivem e o que querem ser, o engajamento com as produções feministas transformam a identidade algorítmica de gênero (CHENEY-LIPPOLD, 2011). Essa disputa pode ser uma forma de combater uma passividade, conduzida para agir de acordo com classificações que garantem a manutenção das relações patriarcais no ambiente digital. A produção de algoritmos feministas é essencial para o desenvolvimento de uma identidade-usuário que não seja produzida pela subjetividade neoliberal, mas utilizada para o desenvolvimento para outras produções subjetivas. Para que isso ocorra, a ocupação de mulheres na tecnologia deve ser feita através da conduta de usuárias ciberfeministas, que se responsabilizam pela administração do duplo papel da rede, que pode se desdobrar em um espaço de violências e mobilizações. A apropriação dos dispositivos vigilantes também possibilita a mobilização de mulheres: o uso dos rastros para detectar situações de violência e a apropriação do debate de segurança de dados devem se absorver como eixos de atuação das minorias.

Portanto, o impulsionamento de feminismos com o prefixo ciber é essencial para o cuidado feminino. Como afirma Donna Haraway (2000: 39), *“Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra”*, a presença da tecnologia possibilita uma forma outra de interpretar e atuar na sociedade. Para corresponder a essa capacidade de transformação é necessário absorver e disputar novos ambientes que se colocam como vias possíveis de alteração estrutural, ao invés da defesa com afastamento do que engloba o social. Em relação às mulheres, é mais efetivo desenvolver formas de contra ataque e apropriação do ambiente digital para exposição de pautas. O combate do conflito entre o consumo hegemônico e transformação humana como consequências da socialização no ambiente digital demanda a criação de anti programas de embate e a incorporação dos dados de gênero para o estudo e práticas sociais, ao invés do seu uso para a predição da conduta inserida na dinâmica dos centros de controle.

Referências

ALBUQUERQUE, HORTÊNCIA CRUZ DE (2018) **“Queixo pra cima, princesa”**: A estética da fé (pós)moderna nos discursos de youtubers gospel XX Encontro da REDOR (Anais)

BENTES, ANNA. (2018) "**QUASE UM TIQUE: Economia da atenção, vigilância e espetáculo a partir do Instagram**". Dissertação de mestrado.

BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. (2007). **A sociedade como realidade subjetiva**. Petrópolis: Vozes.

CHENEY-LIPPOLD, J. (2011). **A new algorithmic identity: Soft biopolitics and the modulation of control**. *Theory, Culture&Society*, 28(6), 164-181.

CODINGRIGHTS; INTERNETLAB. (2017) **Violências de gênero na internet: diagnóstico, soluções e desafios**. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo.

HARAWAY, D. (2000). **Manifesto ciborgue**. Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica.

FBSP; DATAFOLHA (2019). **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

DARDOT, P., & LAVAL, C. (2017). **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial.

FOUCAULT, M. (1984). **História da sexualidade I: a vontade de saber**. In *História da sexualidade I: a vontade de saber*.

LATOUR, B. (2012). **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Edufba.

MATHEW, A. J. (2016). **The myth of the decentralised internet**. *Internet Policy Review*, 5(3).

SENEILLART, M. (2008). **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)/Michel Foucault**.

SEYFERT, R., & ROBERGE, J. (2016). **Deconstructing the algorithm: four types of digital information calculations DomINIQuECaRDoN**. In *Algorithmic Cultures* (pp. 107-122). Routledge.

VENTURINI, T., BOUNEGRU, L., GRAY, J., & ROGERS, R. (2018). **A reality check (list) for digital methods**. *New media & society*, 20(11), 4195-4217.

VERDÚ, R. M. (2007). **La brecha digital y elciberfeminismoenlasociedad de lainformación**. In *Comunicación e xénero: actas do Foro Internacional celebrado enLiña e enPontevedra entre o 9 de outubro eo 25 de novembro de 2006*(pp. 157-168). ColexioProfesional de Xornalistas de Galicia.

ZUBOFF, S. (2015). **Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization**. *JournalofInformation Technology*, 30(1), 75-89.